

Pela actualidade do assunto, entendemos colocar em Editorial, o discurso de Abertura das XXIX-Jornadas Nacionais de Pediatria realizadas em Sesimbra, nos dias 29 a 31 de Maio, e proferido pelo Presidente da S.P.P

Decorrem estas XXIX-Jornadas Nacionais de Pediatria num momento de viragem para a Medicina Hospitalar, com implicações evidentes e adivinháveis nos Serviços de Pediatria e consequentemente na assistência, no sentido mais lato do termo, que à criança e adolescente se presta e a que tem todo o direito.

Ao ouvirmos falar da empresarialização dos Hospitais Públicos, palavra não só de difícil pronúncia mas também de difícil digestão ética, várias reflexões se nos colocam e ideias nos afloram a mente, tais como: obtenção de ganhos com a saúde, indução de procura pela oferta, relegando para plano secundário a qualidade, a equidade e a autonomia.

Receamos que mais uma vez a criança seja esquecida e tratada a nível hospitalar como mais um “pequeno doente”, uma miniatura do adulto, como a maioria das vezes, já, é assistido nos Centros de Saúde.

A criança tem o direito a ser encarada como um grande e potencial indivíduo, com personalidade e características próprias, diferentes das do adulto, as quais é preciso conhecer bem, para se lhe poder prestar os melhores cuidados, começando na prevenção, não se cingindo á assistência curativa, seguindo o seu desenvolvimento, contribuindo para a sua formação e educação.

A assistência à criança não se pode limitar a uma medicina curativa, que diagnostica e trata, mas também a promover a saúde, começando por prevenir situações de risco e de doença, reabilitando as sequelas e educando a criança e os pais.

Cada vez mais, fruto da evolução tecnológica e de melhores cuidados de saúde, patologias pesadas, que não são rendíveis, mas antes pelo contrário altamente gastadoras, congestionam os Serviços de Pediatria. Como e por quem será suportada este tipo de patologia são perguntas que se nos colocam.

A doença na idade pediátrica apresenta especificidades que impõem uma abordagem própria, diferente, necessitando a criança na sua complexidade bio-psico-social de ser, não só tratada, mas sobretudo cuidada. Há que tratar a criança doente e não a doença da criança.

Uma Sociedade em que a quantidade impera, relegando para plano secundário a qualidade, em que só o frio dos números é contabilizado, subordinando a critérios economicistas critérios técnico-científicos, conduz à desumanização, contrária à tão apregoada, mas pouco realizada, humanização dos cuidados e serviços de saúde.

Só por simples critério economicista é possível dissociar a saúde do social.

É urgente que seja encontrado um equilíbrio entre aqueles que têm os instrumentos de gestão e os que têm os conhecimentos do terreno, os técnicos, de forma a aproveitar da melhor forma os recursos existentes, não cortando, de forma cega, em tudo o que se não anteveja retorno imediato.

É obrigatório que quem decida seja conhecedor do que é a saúde e não só a doença, não obcecado pelo rigor dos números, pela rendibilização, pelo objectivo da mais valia.

No que se refere à Pediatria há que ter uma visão da condição da criança, da sua especificidade, não pensando só no número de consultas, na demora média, na taxa de ocupação, etc., mas também na qualidade e na humanização dos cuidados que devem e têm de lhe ser prestados.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Nações Unidas proclamaram que a criança tem direito a cuidados e assistência especiais, em razão da sua falta de maturidade física e mental. É a nós Pediatras, que mais do que o médico que trata a criança, nos cabe ser o seu advogado constante e intransigente na defesa dos seus interesses e direitos, não nos deixando calar perante os possíveis ataques, que pela visão cega dos números,

porventura serão feitos à sua assistência.

Outra vertente que nos tem de preocupar, nesta nova visão gestionária, é sem dúvida, as chamadas carreiras médicas, escolas de formação e de garantia de qualidade da pediatria e de formação de especialistas competentes, capazes de dar à criança e ao adolescente toda a assistência a que têm direito.

Como será feita a formação e qual o enquadramento dos internatos são questões a que não sabemos responder, mas sabemos que só uma Carreira Hospitalar prestigiada e consistente pode formar especialistas de qualidade, que prestarão cuidados de saúde de igual nível.

Todo o capital que investirmos na criança não pode ser visto como desperdício, mas antes pelo contrário, rentável

no futuro, contribuindo para uma sociedade mais digna e saudável no sentido mais abrangente do termo.

Podemos dizer que o nível de desenvolvimento dum País se avalia pela qualidade, e não só pela quantidade, dos cuidados que são prestados à criança e ao adolescente.

A criança tem de usufruir em seu próprio benefício, e no da Sociedade, do gozo de direitos e liberdades. Só assim estaremos a preparar, para que no futuro, a criança seja participante activo, esperando que quando for adulto e decida nunca se esqueça que também já foi criança.

Que não seja necessário haver um dia específico para lembrar os direitos da criança, como o dia Mundial da Criança, mas que todos nos empenhemos, para que todos os dias sejam dias da criança.

Dr. Libério Bonifácio Ribeiro
Presidente da Sociedade Portuguesa de Pediatria